

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 99

Data 18 de Junho de 1975

Pg.: _____

Missionário diz que proibição é represália inútil

Da Sucursal de
BRASILIA

O Conselho Indigenista Missionário só tomará posição oficial sobre a cassação da autorização de seus integrantes para entrarem em áreas indígenas na próxima semana, durante a assembleia geral do Cimi, que será realizada em Goiânia. Mesmo assim, o presidente do Conselho, padre José Vicente César, embora admitindo razão nas queixas do presidente da Funai, órgão que vem sendo impiedosamente bombardeado por integrantes do Cimi, considerou a proibição uma "medida de represália desnecessária, que, na prática tem pouco alcance".

"Essa cassação terá poucas consequências práticas — afirmou. Eu não sei, por exemplo, como comunicar ao padre Thomas de Aquino Lisboa, integrante do Cimi agraciado com a Medalha do Mérito Indigenista, que vive junto com os índios, que ele está proibido de transitar em áreas indígenas. E pior que isso: como proibir o cacique bororó, Eugênio, de conviver com os índios? Na verdade, enquanto não for regulamentado o Estatuto do Índio, a Funai dificilmente terá instrumento jurídico para intervir em áreas de missões religiosas.

Ressaltou o padre César que o Cimi não tem feito denúncias gratuitas sobre o problema indígena e tampouco está interessado em "fazer política", como afirmou o presidente da Funai. "Ao invés de impedir que o conselho continue seu trabalho levantando a real situação das comunidades indígenas — afirmou —, a Funai deveria estar mais preocupada em proibir a entrada de estrangeiros nessas áreas, que, depois, no exterior, denunciam a prática de uma política de genocídio no Brasil, como é o caso do suíço Rene Fuerst, que por duas vezes já visitou comunidades indígenas, com a autorização da Funai".

"O Cimi — continuou o padre César — está realizando um importante trabalho; reco-

nhecido não só por antropólogos brasileiros como Roberto Cardoso de Oliveira, mas por sociedades internacionais como a Anti-Slavery Society, da Inglaterra. Nossa ação, apesar da represália da Funai, permanecerá firme, pois, embora proibido de atuar nas áreas indígenas sob a responsabilidade direta da Funai, o Cimi continuará colaborando com as missões católicas que assistem cerca de 33 mil índios, em todo o País".

O presidente do Cimi elogiou o trabalho dos padres Egdio Schawde e Antonio Iasi, que foram mais visados pelo presidente da Funai em suas queixas. "Os dois missionários, que criticaram a política indigenista oficial nos últimos meses, conhecem perfeitamente quase todas as áreas indígenas do País e, muito antes de trabalharem no Cimi, escreveram e publicaram numerosos relatórios analisando a situação precária dos índios, principalmente na área das missões religiosas, sem poupar as da Igreja católica".

"Logo que o presidente da Funai autorizou a visita de membros do Cimi às áreas indígenas — afirmou o padre César — estes dois missionários percorreram várias aldeias enviando relatórios à presidência da Funai. Acontece que o Cimi não podia mais "tapar o sol com a peneira" e em vista da morosidade do órgão oficial de proteção do índio em tomar medidas adequadas e urgentes para defender as áreas indígenas continuamente invadidas pelas frentes pioneiras".

O presidente do Cimi esclareceu que, apesar de o Conselho ser um órgão oficioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB tem dado total apoio, inclusive financeiro, aos missionários. "Com apenas três anos de existência, o Cimi precisa ser consolidado e isso ocorrerá na assembleia-geral de Goiânia, quando serão aprovados os nossos estatutos. De um modo geral, todos os membros do Cimi preferem que o Conselho continue ligado indiretamente à CNBB, o que lhe oferece maior flexibilidade de ação".